

Dalva Maria da Mota

*Dra. em Sociologia, Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros.
E-mail: dalva@cpatc.embrapa.br*

TRABALHADORES DA AGRICULTURA “SEM MARGEM DE MANOBRA”: UM FENÔMENO GLOBAL COM FACE LOCAL?

(COMENTÁRIO AO ARTIGO DE BERNARD ROUX, PUBLICADO NESTA EDIÇÃO)

RESUMO

Privilegiando o debate acerca da categoria trabalho nos estudos sobre agricultura, a autora comenta o texto de Bernard Roux publicado nesta edição de Raízes, apresentando um paralelo entre o caso europeu e a situação dos trabalhadores do perímetro irrigado do Platô de Neópolis, no baixo São Francisco sergipano. A partir dos dois casos, examina os pontos comuns, que revelam a lógica estrutural capitalista nas relações de trabalho observadas.

Palavras-chaves: Trabalho; Agricultura irrigada; Capitalismo

AGRICULTURE WORKERS “WITH NO CHOICES”; A GLOBAL PHENOMENON WITH LOCAL FACE?

ABSTRACT

Electing the debate on the category *work* in agricultural studies, the author comments the text by Bernard Roux published in this edition of Raízes, presenting a parallel between the european case and the workers situation from Neópolis Plateau Irrigation Project at low São Francisco River, at Sergipe State. From both cases mentioned, she examines common points which show the capitalistic structural logic in the work relations observed.

Key words: Work; Irrigated Agriculture; Capitalism

Nesta edição da Revista Raízes, contamos com o instigante e original artigo de Bernard Roux sobre “**Agricultores e imigrantes na Europa do Sul: estratégias sem margem de manobra**”, num excelente momento de reflexão sobre o contexto da globalização da agricultura e dos alimentos. Certamente, o tema *trabalho na agricultura* está no cerne das inquietações do artigo de Bernard Roux. Ele aponta, por um lado, os processos que têm lugar no cenário mundial, que fomentam elos de ligação entre lugares distantes, e, de outro, aqueles de caráter doméstico, resultantes das micro-relações e das interações face-a-face.

Um olhar, mesmo que rápido, acerca da produção sociológica sobre os espaços rurais na última década do Século XX, mostra claramente que a categoria trabalho parece renascer das cinzas e volta, com vigor, a estimular discussões em todo o mundo, a exemplo do que podemos observar nos estudos de diversos autores em diferentes países da América Latina, como o México (Lara, 1998; Lara e Grammont, 1998), o Chile (Falabella, 1999; Gómez, 1999), a Argentina (Aparicio e Benencia, 1999; Bendini, 1999; Bendini et al. 1999), o Uruguai (Piñero, 1999) e o Brasil (Cavalcanti, 1999; Cavalcanti e Silva, 1999; Cavalcanti e Mota, 2002; Carneiro, 1998; Mota, 1999 Mota, 2001).

O que têm as reflexões de Bernard Roux em comum com estes estudos? Todos tratam da re-significação dos espaços rurais e das transformações das atividades agrícolas nos novos projetos e estratégias de desenvolvimento em que o trabalho é um elemento central, mesmo que reconheçam todas as suas metamorfoses e facetas que demonstram suas transformações tanto no espaço rural quanto no urbano. Como tal, tem novos sentidos, impõe novos desafios e, conseqüentemente, novos enfoques metodológicos que valorizem as superposições cada vez mais intensas entre as esferas do trabalho e do não-trabalho, da regularização e da clandestinidade, do público e do privado, só para citar alguns campos.

Tratando-se da agricultura, muitas das mudanças acima enunciadas não são novidades, considerando que a desigual quantidade de trabalho nas diferentes etapas do ciclo biológico de produção é constitutiva da mesma. Por se tratar da produção de seres vivos em “condições ambientais”, está sempre sujeita à interferências de outros seres vivos (pragas, doenças) e à desigual quantidade de trabalho, devida à imprevisibilidade “na-

tural”. Assim, trabalho temporário, irregular e precário existem na agricultura há longas datas. É verdade que estes processos ganham novas dimensões ao serem organizados para atender consumidores que demandam os produtos independentemente da época ou valorizam os produtos frescos que transitam, como as grandes atrações dos novos hábitos de consumo de grupos específicos de consumidores que valorizam dietas “saudáveis”. Assim, esses grupos de consumidores demandam certos produtos de qualidade e em tempo precisos, independente dos lugares em que vivem ou dos meses do ano. O lugar de produzir não tem mais qualquer vinculação com os lugares de consumo.

A demanda irregular de trabalho é observada mesmo nas condições em que a influência do ambiente é reduzida (estufas) ou quando os produtores escalonam procedimentos culturais e a colheita. Enquanto os consumidores não querem mais ser lembrados da sazonalidade da produção agrícola nas suas demandas, os trabalhadores da agricultura estão sujeitos às adversidades que a sazonalidade implica.

Para atender a estas demandas “globais”, estratégias locais se re-organizam para que a produção ocorra no tempo exato requerido por produtos precoces e consumidores ávidos, mas também no tempo em que os outros produtores não estão produzindo. E aí os outros não são mais os compatriotas, mas os produtores do mundo como um todo, que, através de sistemas rápidos de transporte refrigerado, alcançam qualquer parte do planeta. O padrão tempo/qualidade se ampara numa organização do trabalho cujas características e criatividades se moldam localmente com a utilização mínima do trabalho de forma mais eficiente e barata possível. Os produtos são associados a lugares-símbolos, a trabalho mínimo e qualidade máxima, novos condicionantes de cores e sabores dos produtos frescos da agricultura, como tão bem detalhado por Bernard Roux para o caso da produção de frutas e legumes na Andaluzia, no contexto da agricultura mediterrânea.

Analisando os traços gerais da agricultura moderna da Andaluzia, conforme apresentados por Roux, verifica-se que a mesma tem muitas semelhanças com agriculturas que são praticadas no Brasil, particularmente, nas áreas irrigadas, as quais têm mais intensamente se vinculado ao mercado de produtos frescos, como é o caso do Projeto de Irrigação Platô de Neópolis¹ no Bai-

¹ Projeto empresarial de irrigação implantado no início dos anos 90 do Século XX, em terras antes cultivadas com cana-de-açúcar, pecuária e culturas alimentares. Ocupa parte dos municípios de Neópolis

xo São Francisco Sergipano. Entre as duas experiências, existem semelhanças e diferenças interessantes que contribuem para iluminar a compreensão da pluralidade de situações locais de trabalho nos processos de produção de alimentos para o mercado global, assim como, para revelar sociabilidades de trabalhadores, que apesar de estarem em universos aparentemente tão diferentes, têm também aspectos comuns.

É de extrema relevância, no texto de Bernard Roux, o dilema dos agricultores “sem margem de manobra” no sul da Europa. Por um lado, esse dilema aponta para a falta de alternativas que acomete grupos mutuamente dependentes (agricultores e imigrantes), os quais aparentemente estão em lados opostos. Por outro, no interior do texto, há uma indicação de estratégias colocadas em prática tanto pelos agricultores quanto pelos imigrantes na região estudada. Para os agricultores, a possibilidade cada vez maior de exploração do trabalho dos migrantes face ao crescimento da oferta de mão de obra. Para os imigrantes, a obtenção de uma vaga para tentar se estabelecer em outro país e fugir das adversidades em seus lugares de origem. Portanto, “uma certa margem de manobra” permeia as estratégias de cada um dos grupos citados. Mesmo assim, a tensão na realidade e na abordagem de Bernard Roux subsiste em todo o texto, desaguando, finalmente, na questão final, que contém um pronunciamento implícito do autor contra as injustiças que alimentam a competitividade dos agricultores da Andaluzia em detrimento daqueles agricultores dos países dos quais os migrantes provêm.

As “margens de manobra” são diversificadas para atores que estão sujeitos a pressões de mercado muito semelhantes, como é o caso do Platô. Nessa área, as “margens de manobra” são muito mais flexíveis para os diferentes atores. Em primeiro lugar, os produtores são empresários que tiveram acesso a um lote irrigado financiado por recursos públicos, como parte de uma estratégia de desen-

volvimento regional. Para eles, investir na agricultura é uma atividade a mais dentre as diferentes alternativas que têm. Em segundo, a grande maioria dos trabalhadores têm origem local e, como tal, preferem trabalhar onde estão e usufruir de outras redes de ajuda mútua e/ou de estratégias de sobrevivência que se alternam entre atividades agrícolas ou não. Sem contar que a maioria dos trabalhadores estão inseridos em relações de trabalho regulamentadas que duram poucos meses, mesmo que ganhem apenas o salário mínimo brasileiro. As possibilidades de manutenção de um contingente de trabalhadores clandestinos praticamente inexistente face à intervenção direta do Estado, que coibe esta prática².

Aliás, em relação à ocupação das mulheres na agricultura da Andaluzia, Bernard Roux quase não fala, a não ser para afirmar a sua predominância nos postos de armazenagem. Resta questionar: Em que proporções? Elas também são migrantes? Estão sujeitas a que condições? Ocupam posições mais sujeitas à precarização e de mais simples exigências? A deduzir pela afirmação do autor “felizes são os que vivem com mulher e filhos, embora isso ocorra raramente” pode-se concluir que essas raramente são migrantes, ou se forem, não são acompanhadas, constatação que enseja outro conjunto de questões.

Segundo Bernard Roux, a região da Andaluzia historicamente depende do trabalho de imigrantes tendo em vista a natureza intensiva dos sistemas de produção e a insuficiência da força de trabalho do grupo familiar para atender suas necessidades. Nos tempos recentes, a oferta de trabalhadores aumentou enormemente. Diferentemente desta condição, apenas durante os anos 70 e metade dos 80 a região do Platô se notabilizou pelo fornecimento e recepção de mão-de-obra migrante para trabalhar localmente na cana-de-açúcar ou em municípios vizinhos. Extinto este cultivo e implantado o projeto de irrigação, houve uma migração de retorno de trabalhadores que haviam

lis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco e sua implantação é parte de uma estratégia de estabelecimento de pólos de desenvolvimento para minimizar os efeitos das políticas de geração de energia sobre as populações locais. Foi inspirado nas experiências nordestinas de produção de frutas frescas, economicamente bem sucedidas e pautadas na forte intervenção estatal, cujos exemplos mais característicos são o Vale do São Francisco, em Pernambuco e Bahia e o Vale do Açú e Mossoró, no Rio Grande do Norte. Diferentemente de todos os projetos nordestinos, tem um modelo que apresenta, desde o início, a parceria entre o Estado e a iniciativa privada. Coube ao Estado o planejamento e a instalação da infra-estrutura de irrigação fora dos lotes, e aos empresários, os investimentos nas parcelas, a implementação da produção e da comercialização. O projeto é formado por 38 lotes cujos tamanhos variam de 20 a 600 hectares e as principais culturas são: coco, banana, manga e citros destinadas ao mercado nacional.

² Uma minoria que está sujeita a clandestinidade, normalmente é constituída predominantemente de jovens e de uma diminuta percentagem (cerca de 1,7%) por mulheres que atuam em tarefas consideradas leves e ocasionais (adubações, por exemplo).

saído da região, nos últimos anos, mas este processo parece desativado. Só raramente algum empresário utiliza o recurso de trazer trabalhadores de outras regiões, mas sem muito impacto. Na realidade, diferente de outras regiões dinâmicas de fruticultura irrigada, como é o caso do Vale do São Francisco, o Platô ainda não é um pólo de atração de migrantes, seja pelo pequeno volume de empregos gerados, seja pelos baixos salários ali praticados.

Na agricultura da Andaluzia analisada por Bernard Roux, os fluxos migratórios continuam dando o principal suporte à produção de frutas e legumes. Crescem as pressões para obtenção de uma vaga. O que parece como novo é a tendência de diversificação da origem dos migrantes com diferenças explícitas entre os que já pertencem às redes de interconhecimento e os novatos. Assim, igualmente ao que ocorre no Platô, são priorizados os trabalhadores pertencentes a estas redes, o que garante um certo controle dos mesmos. É extremamente curioso como em situações tão diferentes, ou seja, trabalhadores de origem local trabalhando onde todos os conhecem (Platô) e trabalhadores imigrantes trabalhando em outro país (Andaluzia), um critério chave de seleção seja o pertencimento a redes de interconhecimento. Ser conhecido, sociável, se relacionar mais intensamente com os seus pares são critérios universalmente válidos para estabelecer uma relação mínima de confiança. Significa também a instituição de mecanismos baratos de controle e sob cordenação espontânea do próprio grupo de trabalhadores.

Os arranjos que se instituem no Platô (trabalhadores locais, homens, regularmente assalariados por poucos meses — até um ano) ou na Andaluzia (duas categorias de empregados temporários: por um período do calendário agrícola de 8 a 10 meses ou por períodos muito curtos) ensejam o questionamento da tradicional matriz da sociologia do trabalho na qual o trabalho assalariado regular e duradouro estava no centro das análises. Uma diversidade de situações de trabalho se configura localmente, mas a característica central é a transitoriedade, a crise das carreiras estáveis e duradouras. As formas de recrutamento dos trabalhadores, os contratos crescentemente individualizados e negociados face-a-face chamam a atenção para as múltiplas redes que são fontes de informação de vagas e usuais formas de controle da força de trabalho nos modernos sistemas de produção que se utilizam de sistemas sociais preexistentes e amparados nas relações de compadrio, amizade, parentesco, camaradagem, etc., demonstrando que nem só do “novo” vive a agricultura na globalização. O reavivamento de todas estas relações ba-

seadas na pessoalidade convive, paradoxalmente, com o refinamento de práticas extremamente racionais dos processos produtivos, a exemplo do alto nível tecnológico descrito por Bernard Roux na Andaluzia e observado no Platô de Neópolis (cf. Mota, 2001).

Paradoxalmente, em ambos os casos, a qualificação dos trabalhadores em termos formais é baixa. No entanto, as redes de interconhecimento informam quanto às experiências que acumulam. No caso do Platô, ter desenvolvido atividades na agricultura anteriormente ou ser proveniente de família que tinha ou tem propriedade é um critério diferencial na seleção de um trabalhador. No caso da Andaluzia, não é raro que um profissional formado em agronomia busque uma vaga de trabalhador como uma porta de acesso e depois tente outras colocações.

Neste particular, é interessante observar a complementaridade aparentemente desesperadora do “jogo” dos atores analisados por Bernard Roux no campo das frutas e legumes. Agricultores e trabalhadores jogam partidas em que os primeiros, pressionados pela intensificação da produção, se vêem constantemente forçados a diminuir custos, dentre os mais prováveis, os salários. Os trabalhadores locais fogem destas condições e buscam outras atividades menos penosas e melhor remuneradas do que a atividade agrícola. Os migrantes estão “prontos a aceitar as piores condições de trabalho”. Não só os trabalhadores locais parecem buscar outras alternativas. Os membros das famílias agricultoras também, sendo essa tendência possível tanto pelos desejos individuais de seguir outra carreira, como por estratégias familiares. A incompatibilidade na forma de gestão do empreendimento é uma outra possibilidade, muito embora a família na agricultura seja sempre vista como uma célula harmônica e acima de qualquer possibilidade de conflito.

Neste particular, seria interessante conhecer um pouco mais do “caráter familiar” desta agricultura que depende de uma relação irregular mas, ao mesmo tempo, tão próxima, com o migrante pela repetição de vínculos de trabalho.

Se no interior da unidade de produção as relações entre imigrantes e agricultores parecem não ter problemas, conflitos raciais se desenham nos recentes embates entre espanhóis e estrangeiros, prováveis candidatos às mesmas vagas. Segundo Leite e Silva (1994), estudos recentes vêm afirmando não só a permanência dos trabalhos desqualificados, mas também sua associação com os preconceitos sociais relacionados às diferenças de gênero, etnia, cor, nacionalidade e idade.

Mas qual é a novidade e contribuição do artigo de Bernard Roux? São várias, dentre as quais, quatro nos parecem mais significativas. A primeira, é traçar uma discussão sem pudores de unidades de produção familiar que assalariam, praticamente, nas mesmas condições de muitos empresários. A segunda, é chamar a atenção para uma força de trabalho que se mundializa, escapando das leis de imigração e da legalização do trabalho em diferentes partes do mundo. A terceira, é descrever, sem medo, os dilemas dos que vivem do “trabalho não declarado”. A quarta, é detalhar a trajetória dos que arriscam cruzar fronteiras nítidas, mas sem querer regressar ou sem saber se regressam.

Com todos estes méritos, o artigo de Roux também tem ausências, como é o caso do papel das mulheres nestes processos, das composições familiares das unidades de produção, do conteúdo das relações raciais. Mas Bernard Roux fez o seu trabalho competentemente e, como tal, contribui para o debate brasileiro, tanto pelas questões que apresenta e responde, como por aquelas para as quais joga pistas, mas nas quais não se detem. Como bom intelectual, deixa espaço para os outros rebaterem a bola e participar de um jogo sem término previsto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APARICIO, Susana e BENENCIA, Roberto. (1999), “Empleo rural en la Argentina. Viejos y nuevos actores sociales en el mercado de trabajo”, in S. Aparicio e R. Benencia (orgs.), *Empleo rural en tiempos de flexibilidad*, Buenos Aires, Editorial La Colmena.

BENDINI, Mónica, RADONICH, Martha Mabel e STEIMBREGGER, Norma Graciela. (1999), “Historia de la vulnerabilidad social de los ‘golondrinas’ en la cuenca frutícola del río Negro”, in M. I. Bendini e M. M. Radonich (orgs.), *De golondrinas y otros migrantes*. Buenos Aires, Editorial La Colmena.

BENDINI, Mónica. (1999), “Entre maçãs e pêras: globalização, competitividade e trabalho”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

CARNEIRO, Maria José. (1998), *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria e Editora.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e MOTA, Dalva Maria da. (2002), “Trabalhadores rurais no Brasil no fim do milênio”. *Caderno de Estudos Sociais*, 18, 2: 155-170.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e SILVA, Ana Cristina Belo da. (1999), “Estratégias produtivas de homens e mulheres na fruticultura de exportação: o caso do Vale do São Francisco”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1999). “Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 5, 9: 155-171.

FALABELLA, Gonzallo. (1999), “Flexibilización e empleo rural en Chile”, in S. Aparicio e R. Benencia (orgs.), *Empleo rural en Tiempos de Flexibilidad*, Buenos Aires, Editorial La Colmena.

GÓMEZ, Sérgio. (1999), “Exportação de frutas chilenas: reflexões sociológicas sobre uma experiência (madura)?”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

LARA, Sara Maria e GRAMMONT, Hubert Carton. (1998), “Nuevas tendencias en las empresas y en el mercado de trabajo rural mexicano”, in N. A. Castro e C.S. Dedecca (orgs.), *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo / Rio de Janeiro, ALAST, Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho.

LARA, Sara Maria. (1998), *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana*. México, Juan Pablos Editor.

LEITE, Márcia Paula de e SILVA, Roque Aparecido da. (1994), “A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica”. Caxambu, GT Trabalho e Sociedade da ANPOCS, mimeo.

MOTA, Dalva Maria da. (1999), “Trabalho permanente e temporário na fruticultura irrigada nordestina: o Platô de Neópolis/SE”. *Raízes*, 20: 63-75.

MOTA, Dalva Maria da. (2001), “O trabalho temporário no projeto de irrigação Platô de Neópolis, SE”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 18: 113-134.

PIÑERO, Diego E. (1999), “Trabajadores rurales y flexibilización laboral. El caso del Uruguay”, in S. Aparicio e R. Benencia (orgs), *Empleo rural en tiempos de flexibilidad*, Buenos Aires, Editorial La Comena.